Art. 2.º Os animais de que trata o artigo 1.º que cheguem ao território nacional serão reexportados no mais breve prazo, adoptando-se as providências necessárias para que fiquem devidamente isolados até a sua saída, sem embargo do acatamento das instruções da autoridade sanitária competente, que deve ser avisada pela forma mais rápida.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 15 de Março de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Decreto n.º 18:098

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A responsabilidade dos capitães dos navios, definida no artigo 38.º do regulamento de 31 de Janeiro de 1889, é transferida para os donos das mercadorias inscritos nas alfândegas ou estâncias de despacho do porto respectivo sempre que estes as mandem buscar a bordo do navio transportador, mediante a competente requisição nos precisos termos do artigo 71.º do decreto de 4 de Junho de 1886.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 15 de Março de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição Geral

Decreto n.º 18:099

Considerando que as praças reformadas a quem é concedida a licença para irem residir temporariamente no estrangeiro ou nas colónias têm de fazer mensalmente as suas apresentações às respectivas autoridades consulares ou militares;

Considerando que as praças reformadas que não fizerem essas apresentações pela forma acima indicada são abrangidas pela doutrina do artigo 175.º do Código de Justiça Militar, pelo que são abatidas ao efectivo das respectivas unidades se no prazo de noventa dias, a contar da data da sua última apresentação, não justificarem a sua falta;

Considerando que as mesmas praças muitas vezes vão fazer as suas apresentações às autoridades consulares ou militares em datas muito posteriores àquela que se acha determinada pela última parte da determinação 3.ª da *Ordem do Exército* n.º 8, 1.ª série, de 25 de Agosto de 1928, mas que em resultado dessas apresentações são mandadas aumentar novamente ao efectivo das suas unidades e abonadas dos vencimentos em atraso;

Considerando que, não havendo penalidade para as praças reformadas pelas faltas referidas além da que é estabelecida pela última parte do artigo 175.º do Código de Justiça Militar, isto é, serem abatidas aos efectivos das unidades, não é justo que essas praças, quando mandadas aumentar de novo ao efectivo das suas companhias, percebam os vencimentos correspondentes ao tempo que deixaram de pertencer ao efectivo das respectivas unidades;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Guerra:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º As praças de pré reformadas abatidas ao efectivo das suas companhias, nos termos do artigo 175.º do Código de Justiça Militar, que se apresentem depois, já fora do prazo estabelecido na última parte da determinação 3.ª da *Ordem do Exército* n.º 8, 1.ª série, de 25 de Agosto de 1928, serão mandadas aumentar novamente ao efectivo dessas unidades, caso justifiquem a sua ausência, mas só com direito a vencimento desde a data da ordem deste Ministério que as mande aumentar.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Guerra assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Govêrno da República, 17 de Fevereiro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*João Namorado de Aguiar.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 18:100

Considerando que não se harmonizam as razões justificativas apresentadas no relatório do decreto n.º 14:243 com os preceitos consignados no texto do mesmo diploma;

Considerando que no decreto atrás citado não se obrigam os aspirantes a engenheiros construtores navais a frequentar qualquer escola de engenharia que os especialize na construção e arquitectura de aviões e dirigíveis; mas se lhes impõe simplesmente o dever de obterem aprovação nas cadeiras do curso de engenheiro naval e mecânico ou de architecto naval, compreendendo aquelas do mesmo curso onde é estudada a construção e arquitectura de submarinos, aviões e dirigíveis;

Considerando ainda que é perfeitamente dispensável que todos os engenheiros se habilitem com cursos de engenheiro aeronáutico ou de engenheiro especializado em

construção aeronáutica e que só alguns, tantos quantos forem realmente necessários e quando superiormente assim se determinar, o devem fazer;

Considerando que seria inoportuno fazer especializar engenheiros na direcção de serviços que ainda não se encontram estabelecidos na armada, e quando vierem a ser montados poderão não encontrar dirigentes convenientemente habilitados, por falta de prática de construção e pela impossibilidade de acompanharem os rápidos progressos da evolução do material aéreo;

Considerando também que no curso que frequentam os actuais alunos aspirantes a engenheiros construtores navais existe a cadeira de «Elementos de aeronáutica», cadeira que é exigida para a classificação de engenheiro construtor naval, e portanto satisfaz ao que foi estabelecido na alínea c) do artigo 1.º e artigo 10.º do decreto n.º 14:243;

Considerando por fim que há actualmente grande falta de engenheiros construtores navais nos postos subalternos, o que está prejudicando o serviço e obriga a que não se demore a apresentação dos actuais aspirantes no serviço da sua especialidade;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Para ingressar no quadro da sua classe não é exigido aos aspirantes a engenheiros construtores navais a frequência de qualquer curso respeitante à construção e arquitectura de aviões e dirigíveis que não esteja incluído no curso normal da escola de engenharia naval que foram mandados frequentar.

Art. 2.º A especialização em engenheiros construtores de aviões e dirigíveis será dada apenas aos engenheiros construtores navais que superiormente sejam designados para a receber e quando os serviços da aeronáutica naval o exigiam.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêles se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 18 de Março de 1930.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luís Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luís António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Direcção Geral da Marinha

Direcção das Pescarias

Decreto n.º 18:101

Convindo adoptar medidas tendentes a regularizar o serviço das lotas em Setúbal e impedir que durante elas o a propósito delas se pratiquem actos menos regulares e até prejudiciais quer para a indústria da pesca, quer para a indústria das conservas;

Tendo ouvido a Comissão Central de Pescarias;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do ar-

tigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o regulamento da lota industrial de Setúbal, que faz parte integrante deste decreto e baixa assinado pelo Ministro da Marinha.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêles se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 18 de Março de 1930.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luís Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luís António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Regulamento da lota industrial de Setúbal, a que se refere o decreto desta data

Artigo 1.º Em Setúbal há duas lotas:

A lota industrial, administrada pela Capitania do porto, funcionando no cais flutuante da Junta Autónoma, onde se vende exclusivamente o pescado destinado à indústria das conservas e à expedição para o interior do País;

A lota de consumo, funcionando no edificio próprio, pertencente à municipalidade, por esta administrada, onde se vende o peixe destinado ao consumo público.

Art. 2.º As embarcações que concorrerem à lota industrial são obrigadas a trazer todo o peixe no porão e a vendê-lo, por uma só vez, num lote junto.

§ único. As artes devem fazer transportar para a lota:

Nos acostados e mercias o pescado de 1.ª;

Nos lanchões o pescado de 2.ª

Art. 3.º Deixa de haver peixe de proas, popas e bai-léus.

Todo o pescado, qualquer que seja a sua qualidade ou a sua quantidade, encontrado em qualquer parte das embarcações que concorram à lota industrial é propriedade exclusiva do armador, com excepção de:

a) Um balde de peixe (caldeirada) por tripulante matriculado na arte, que só poderá ser levado para terra por cada um dos companheiros de mar;

b) O pescado oferecido pelos armadores às casas de beneficência de Setúbal, que continua a ser retirado das primeiras cinco embarcações que chegarem à lota industrial;

c) O peixe que os armadores escolherem para seu consumo particular, este depois de pago o imposto.

§ único. O peixe para os companheiros do armazém (um balde também por cada) é retirado em conjunto, por uma só vez, e da embarcação da arte que mais convier ao proprietário.

Art. 4.º Todo o pescado que sair da lota industrial em conjunto, ou seja em mais que baldes, quer destinado a caldeirada, quer a beneficência, quer a consumo particular dos armadores, é acompanhado de uma guia assinada pelo dono da arte, ou seu representante, e visado pelo presidente da lota.